

Eixo Temático: Inovação e Sustentabilidade em Diferentes Setores

**TENSÕES SOCIOECONÔMICAS RELACIONADAS À EXPORTAÇÃO DE
PRODUTOS ORGÂNICOS BRASILEIROS NO PANORAMA DO COMÉRCIO
INTERNACIONAL**

**SOCIOECONOMIC TENSIONS RELATED TO EXPORT OF BRAZILIANS
ORGANIC PRODUCTS IN THE INTERNATIONAL TRADE PANORAMA**

Paulo Thiago Nunes Bezerra de Melo e Oscar José Rover

RESUMO

O presente estudo discute as tensões socioeconômicas relacionadas à exportação de produtos orgânicos brasileiros no panorama do comércio internacional do país, considerando que o processo de commoditização da pauta exportadora é entendido como o fenômeno da doença holandesa. A produção orgânica incorpora práticas agrícolas que não agridem ao meio ambiente, como alternativas à agricultura moderna. Foram utilizados dados secundários para as análises da balança comercial brasileira, do desempenho da exportação de produtos orgânicos e da situação da agricultura familiar e da agricultura orgânica de maneira geral no país. Os dados analisados refletem o papel do país de fornecedor de produtos com base em recursos naturais no mercado global. A trajetória da balança comercial está levando o país a uma situação tecnologicamente periférica no mercado internacional desde 2006, se limitando cada vez mais às exportações de *commodities*. Entre os tipos de *commodities* que têm expandido a participação nas exportações estão os produtos agrícolas intensivos em capital, incluindo os produtos orgânicos. A exportação de produtos orgânicos é uma dinâmica de comercialização que, enquanto restringe a participação da agricultura familiar, favorece os poucos empresários inseridos na cadeia produtiva e de distribuição desses produtos.

Palavras-chave: Agricultura orgânica; Produtos orgânicos; Balança comercial; Exportação.

ABSTRACT

This study discusses the tensions related to the export of Brazilian organic products in the country's international trade panorama, whereas the process of commoditization of exported is understood as the phenomenon of Dutch Disease. Organic production incorporates agricultural practices that do not harm the environment, as alternatives to modern agriculture. Secondary data were used for the analyzes of the Brazilian trade balance structure, the organic products export performance and the situation of family farming and organic agriculture in a general way in the country. The data analyzed reflect the country's role as provider of products based on natural resources in the global market. The path of the trade balance is leading the country to a situation technologically peripheral in the international market since 2006, increasingly limited to commodity exports. Among the types of commodities that have expanded participation in agricultural products exports are capital intensive, including organic products. The export of organic products is a market dynamic that, while restricting the participation of family agriculture, favors the few entrepreneurs placed in the production and distribution chain of these products.

Keywords: Organic agriculture, Organic Products, Trade Balance, Exports.

1 Introdução

A inserção brasileira no mercado internacional tem sido historicamente marcada pela especialização na exportação de *commodities*, particularmente de produtos agrícolas, de maneira semelhante ao que tem acontecido com o grupo de países de desenvolvimento tardio. De certa maneira, a globalização dos mercados pode ser pensada estrategicamente para direcionar a trajetória de desenvolvimento de um país e seu posicionamento na ordem mundial. Entretanto, a commoditização da pauta exportadora reflete uma situação de vulnerabilidade externa, pois leva à perda de competitividade dos produtos de maior valor agregado nos mercados externos.

Quando se pensa na trajetória de desenvolvimento de um país a partir da inserção no comércio internacional, surgem questões éticas relacionadas aos padrões de produção e consumo em escala global, que por sua vez estão associadas à ideia de desenvolvimento sustentável. Os defensores do desenvolvimento sustentável alertam para os limites de suporte do meio ambiente para a extração de recursos e o depósito de resíduos decorrentes dos processos produtivos. Nesse contexto, a produção orgânica surge como um tema relevante, particularmente na realidade brasileira, uma vez que esse modo de produção considera os limites de suporte do meio ambiente.

Acredita-se que o modo de produção orgânico e sobretudo sua comercialização levam a tensões socioeconômicas. A produção orgânica faz parte de um movimento alternativo à agricultura moderna e teve sua difusão majoritariamente na agricultura familiar, fazendo oposição aos agronegócios que praticam a agricultura moderna. Contudo, os agronegócios vêm se apropriando do modo de produção orgânica de uma maneira que restringe as organizações de agricultura familiar no que se refere às formas de reconhecimento do produto, à manutenção da biodiversidade, às tradições locais e sobretudo às formas de comercialização.

O presente estudo tem o objetivo de compreender as tensões socioeconômicas relacionadas à exportação de produtos orgânicos brasileiros no panorama da evolução do comércio internacional do país. O Brasil oferece um contexto relevante para estudar as dinâmicas socioeconômicas da comercialização de produtos orgânicos, pois este é o segundo país com maior área de produção orgânica mundial (INSTITUTO DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO, 2010).

Para isso, as próximas seções discutem o papel da agricultura na evolução da balança comercial brasileira e o modo de produção orgânica a título de referencial teórico. Em seguida, é apresentado o percurso metodológico adotado neste estudo. Posteriormente, são apresentadas as análises da balança comercial, discutindo a presença da doença holandesa e o desempenho exportador das empresas de produtos orgânicos. Uma discussão sobre as tensões socioeconômicas inerentes à comercialização de produtos orgânicos também é apresentada. Este texto é concluído posicionando a impressão do autor sobre as implicações da exportação de produtos orgânicos e considerando algumas sugestões para estudos futuros.

2 A balança comercial e a posição das *commodities*

O processo de industrialização que impulsionou o desenvolvimento no Brasil foi induzido pela expansão das exportações e pela industrialização substitutiva de importações (CARDOSO DE MELLO, 1998). Nesta discussão, o processo de industrialização é visto como um movimento do crescimento no mercado internacional por meio da demanda externa para o crescimento no mercado interno por meio de investimentos na substituição de importações. A crise econômica de 1929 provoca a diminuição da demanda externa juntamente com decisões políticas de Estado iniciam a passagem da industrialização pela

expansão das exportações para a industrialização pela substituição de importações.

A economia cafeeira capitalista criou as condições para o surgimento do capital industrial e da grande indústria brasileira a partir da conversão dos capitais cafeeiros excedentes em capital industrial (CARDOSO DE MELLO, 1998). A imigração em massa para trabalhar no setor cafeeiro constituiu a existência de trabalhadores livres à disposição do capital industrial enquanto a geração de divisas pelo complexo exportador cafeeiro permitia a transformação do capital monetário em meios de produção. O complexo exportador cafeeiro gerou capital-dinheiro que se transformou em capital industrial e criou condições necessárias a essa transformação por meio da oferta abundante de trabalho no mercado e da capacidade de importar alimentos e meios de produção.

O surgimento do desenvolvimento industrial brasileiro a partir de uma base agrícola-exportadora pode ser explicado a partir de quatro interpretações (SUZIGAN, 1986). Primeiro, a ocorrência de adversidades como guerras e crises econômicas, como a crise de 1929, estabeleceram dificuldades para importar, uma vez que as economias atingidas buscaram abastecer seus mercados internos em vez de atender as demandas externas, forçando atividades internas substituidoras das importações para atender a procura por produtos que eram importados. A segunda interpretação compreende o desenvolvimento industrial como parte do processo de expansão das exportações e acumulação de capital no setor cafeeiro, que foi utilizado na importação de máquinas e insumos para a industrialização. A terceira interpretação sugere que foi na transição da economia mercantil nacional baseada no trabalho escravo para a economia agrícola exportadora que surgiu e se consolidou o capital industrial, por meio do processo de acumulação de capital no setor exportador de café. A quarta interpretação observa a industrialização de maneira intencionalmente promovida por políticas do governo, principalmente através da proteção tarifária e da concessão de incentivos e subsídios, ressaltando que o governo começou a incentivar o desenvolvimento de algumas indústrias específicas.

Algumas condições colocaram o Brasil em uma posição mais favorável do que os outros países da América do Sul para a utilização da substituição de importações como um modelo de desenvolvimento (TAVARES, 2010). Uma condição que favorecia o Brasil adotar a substituição de importações era o volume e a composição das importações, que justificava a implementação de indústrias substitutivas. Outra condição favorável era o grau de diversificação da capacidade produtiva que o sistema econômico já possuía para reagir à limitação externa.

Como efeito, o processo de substituição de importações financiado pelas exportações dos excedentes da produção agrícola realizou uma transição de uma economia predominantemente agrária e rural para uma economia industrializada e urbana ao longo do tempo (SOUZA, 1999). Contudo, o processo de desenvolvimento econômico foi essencialmente desequilibrado nos níveis setorial, regional e social (TAVARES, 2010). No nível setorial, o setor secundário recebeu mais atenção, sobretudo nas indústrias de transformação, bem como o terciário que também foi beneficiado pelos investimentos de infraestrutura, enquanto o setor primário ficou inalterado. No nível regional, surgiram disparidades entre o Centro-Sul e o Norte-Nordeste, devido à concentração das atividades econômicas no Centro-Sul. No nível do desequilíbrio social, houve o aumento da população marginal nas cidades e uma discrepância entre a renda obtida pela população no setor primário e a população empregada no setor secundário.

A atividade agrícola teve o papel central como fonte de recursos para o desenvolvimento do país, a partir da inserção nos mercados internacionais. Ao final do século XX, a integração dos mercados internacionais intensificou o comércio internacional. Com o objetivo de reestruturar a economia e adotar um modelo de desenvolvimento neoliberal, o Brasil passou simultaneamente por quatro diferentes processos, interagindo entre si e

provocando uma verdadeira revolução na década de 1990: globalização, abertura da economia, estabilização e privatização (BARROS e GOLDENSTEIN, 1997). Por um lado, a estabilização recriou condições de segurança aos investidores que passam a ter um horizonte de médio e longo prazo fundamental para as decisões de investimento. Por outro lado, a abertura econômica associada à estabilidade resultou em uma mudança nas decisões de investimento. Os investimentos internacionais se concentraram na compra de tradicionais empresas familiares nacionais para conquistar mais rapidamente um mercado em expansão e no estabelecimento de novas plantas e setores. As empresas nacionais perderam o espaço que era garantido pelos volumosos subsídios públicos e pela manutenção da economia fechada e passaram a buscar parceiros internacionais ou fundiram-se com outras empresas nacionais, ampliando seu porte e ganhando competitividade através da escala para se adaptar ao novo contexto.

O processo da globalização aprofundou as desigualdades sociais ao mesmo tempo em que permitiu a integração econômica dos países (FIORI, 1999). A globalização não é um fenômeno que trouxe benefícios para os países em desenvolvimento da periferia mundial, implicando em um forte viés antiprodução no país a favor da importação, em decorrência do programa de estabilização na política industrial na década de 1990 (COUTINHO, 1998). Além disso, o Brasil não conseguiu acompanhar outros países no aproveitamento das oportunidades que as transformações mundiais ofereceram para os países em desenvolvimento, desperdiçando oportunidades que podem ser dimensionadas pelo avanço de países comparáveis ao Brasil em termos de estágio de desenvolvimento industrial e tecnológico (LAPLANE e SARTI, 2006). A implantação de um regime de crescimento fundado nos mercados desregulados não conduziu à retomada do dinamismo nacional, mas a um regime de baixo crescimento, pois a indústria baseada em recursos naturais foi o setor mais dinâmico da indústria brasileira nos anos do processo de globalização enquanto os países desenvolvidos e emergentes de melhor desempenho desenvolveram o setor industrial e tecnológico (CARNEIRO, 2008).

Nos anos 2000, houve um aumento nos fluxos de comércio exterior que gerou mais divisas do que nos anos 90, refletindo um aumento nas exportações que passou de 6% do PIB em 1995 para 12% em 2008. Contudo, a pauta de tais exportações se caracteriza por uma baixa intensidade tecnológica ao longo do tempo, sendo amplamente representada por *commodities* (JORGE, 2009). Os aumentos de preços das *commodities* no final dos anos 2000 contribuíram para a evolução contínua da participação dos produtos primários nas exportações nacionais, com destaque para o petróleo e para os minérios, mas também contribuíram para uma perda de participação dos bens industriais intensivos em trabalho e em economias de escala, bem como para uma evolução pouco favorável dos bens intensivos em tecnologia (RIBEIRO e MARKWALD, 2009).

Os processos de commoditização da pauta exportadora e desindustrialização decorrente da perda de competitividade dos produtos de maior valor agregado nos mercados externos são entendidos como o fenômeno da doença holandesa (JANK *et al.*, 2008; BRESSER PEREIRA e MARCONI, 2008). Contudo, até o final dos anos 2000, não existia consenso sobre a pertinência da doença holandesa no Brasil. De um lado, afirmava-se que não existiam evidências de um processo de mudança estrutural na pauta de exportações em direção a uma concentração das exportações em *commodities* (JANK *et al.*, 2008). Por outro lado, afirmava-se que a economia brasileira era afetada pela doença holandesa, levando a uma lenta desindustrialização (BRESSER PEREIRA e MARCONI, 2008).

O processo de desindustrialização de um país requer um olhar mais cuidadoso para a estrutura produtiva em relação às taxas de ocupação e de crescimento econômico, que vão além da dinâmica de comércio exterior e da balança de pagamentos. "Um país pode estar sofrendo desindustrialização mas suas exportações de manufaturados continuarem altas na

medida em que sua indústria se transforma em maquiladora importando grande parte dos insumos" (BRESSER PEREIRA e MARCONI, 2008, p.14-15). O processo de desindustrialização tem sido analisado por alguns pesquisadores que por vezes encontram pontos de concordância e discordância em suas opiniões (PALMA, 2005; NASSIF, 2008; COMIN, 2009; OREIRO e FEIJÓ, 2010; BONELLI e PESSOA, 2010).

A especialização agrícola na estrutura produtiva nacional tem estabelecido um papel preocupante no desenvolvimento do Brasil no que se refere à agregação de valor. Além disso, o modelo de desenvolvimento econômico impulsionado pela agricultura moderna é potencialmente danoso devido aos riscos socioambientais associados a esse modelo produtivo. Nesse sentido, o modo de produção orgânica surge como uma alternativa.

3 Agricultura orgânica

Os cientistas sociais começaram a discutir a agenda ambiental depois dos cientistas naturais, que desde a década de 1930 disseminavam os principais problemas ambientais contemporâneos, tais como: desertificação, preservação florestal, contaminação de ecossistemas, crescimento populacional, extinção de espécies e mudanças climáticas (DRUMMOND, 2006). A agricultura é a atividade produtiva ligada de maneira mais íntima ao meio ambiente, que por sua vez impõe restrições ecológicas a essa atividade. O surgimento da química agrícola viabilizou um modo de produção que superou as limitações ecológicas e foi amplamente difundido durante o século XX a título de agricultura moderna, se alinhando à consolidação do capitalismo. A agricultura moderna compreende o meio ambiente apenas como suporte físico para extrair mercadorias e obter lucro imediato (ASSIS e ROMEIRO, 2002). O desenvolvimento dos sistemas de produção agrícola foi orientado para elevados investimentos em pacotes tecnológicos capazes de maximizar o rendimento dos cultivos, que excluíram os agricultores pobres nesse desenvolvimento (ASSIS, 2006).

No início da década de 1960, a bióloga Rachel Carson chamou atenção da população sobre os efeitos danosos da agricultura moderna ao ambiente natural e aos seres humanos com a publicação do livro Primavera Silenciosa (CARSON, 2002). As discussões provocadas pela denúncia de Rachel Carson desencadearam um movimento social que contestou sobre a prática agrícola moderna, que por sua vez levou à proibição do uso do DDT (Dicloro-Difenil-Tricloroetano, pesticida sintético) e ao controle de outros agrotóxicos e substâncias tóxicas nos Estados Unidos (DRUMMOND, 2006). Rachel Carson (2002) já apontava para entendimento dos organismos que se pretende controlar e o entendimento do ambiente ao qual esse organismo pertence para encontrar soluções biológicas alternativas aos controles químicos.

Como efeito colateral, a agricultura moderna provocou o surgimento de problemas ambientais, concentração de renda, exclusão social e disparidades regionais que motivaram o surgimento de práticas agrícolas alternativas que não agridem o meio ambiente e resgatam valores das sociedades camponesas (ASSIS e ROMEIRO, 2002). As diversas vertentes de agricultura alternativa têm os produtos orgânicos como resultado comum, que são provenientes de cultivos com práticas que excluem o emprego de fertilizantes solúveis e pesticidas químicos (SOUZA, 2000). Assim, esse movimento levou à discussão sobre diferentes formas de agricultura sustentável, que pode ser definida como:

aquela que reconhece a natureza sistêmica da produção de alimentos, forragens e fibras, equilibrando, com equidade, preocupações relacionadas à saúde ambiental, justiça social e viabilidade econômica, entre os diferentes setores da população, incluindo distintos povos e diferentes gerações (GLIESSMAN, 2000).

O início da agricultura orgânica foi caracterizado pela busca de um ideal refletido em

benefícios não pecuniários para os produtores (SOUZA, 2000). O movimento orgânico começou como um movimento alternativo para pequenos produtores em circuitos curtos de distribuição, com seus produtos sendo comercializados muitas vezes em redes alternativas baseadas em relações imediatas entre produtor e consumidor, como vendas diretas e feiras locais (WILKINSON, 2008).

O movimento orgânico foi amplamente adotado como um componente de estratégia de segmentação por parte dos atores dominantes, se desprendendo de suas raízes na pequena produção (WILKINSON, 2008). Os agricultores em estratos com maior nível de capitalização que praticam a agricultura orgânica não se afastam fundamentalmente das práticas convencionais de produção, praticando a mera substituição de insumos convencionais por orgânicos (ASSIS e ROMEIRO, 2002). O movimento orgânico passou a buscar lucro e constituiu o agronegócio orgânico, que é impulsionado por oportunidades de crescimento de mercado e por consumidores dispostos a pagar preços elevados por novas dimensões de qualidade dos produtos (SOUZA, 2000), sendo motivados pelos benefícios à saúde (BYÉ, SCHMIDT e SCHMIDT, 2002).

A produção orgânica segue uma tendência de expansão (MADAIL, BELARMINO e BINI, 2011). O número crescente de produtores orgânicos no Brasil é composto por uma maioria de pequenos produtores familiares ligados a associações e grupos de movimentos sociais que comercializam no mercado interno, e por uma minoria de grandes produtores empresariais ligados a agronegócios que comercializam no mercado internacional (TERRAZZAN e VALARINI, 2009). A empresa é a instituição central na evolução da globalização, assim como as multinacionais são os atores principais da globalização contemporânea, cuja sobrevivência e expansão dependem da obtenção e acumulação de lucro (ZAOUAL, 2006). Os atores privados assumiram a governança em escala global, determinando o acesso e as regras de participação nos mercados (WILKINSON, 2008).

4 Percorso metodológico

O presente estudo busca apontar tensões relacionadas à exportação de produtos orgânicos brasileiros dentro do panorama da evolução do comércio internacional do país. Este é um estudo de natureza exploratória, uma vez que busca compreender particularidades de um determinado fenômeno. Este também é um estudo com perspectiva longitudinal, uma vez que desdobra análises de séries de dados temporais (RICHARDSON, 2008).

Foi realizada uma coleta de dados secundários para discutir o fenômeno em estudo. Recorreu-se aos dados divulgados pelo Banco Central do Brasil e pela Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex) para avaliar a estrutura da balança comercial brasileira. Ademais, foram utilizados dados divulgados pela Organics Brasil para avaliar o desempenho da exportação de produtos orgânicos. Também foram utilizados dados divulgados pelo Instituto de Promoção do Desenvolvimento (IPD) sobre a situação da agricultura familiar e da agricultura orgânica de maneira geral no país para guiar as discussões.

A análise dos dados foi realizada com o suporte de medidas estatísticas descritivas de localização e associação. As medidas de localização se referem aos dados consolidados da balança comercial e da exportação de produtos orgânicos. Tais medidas permitiram avaliar tendências nessas dinâmicas. Para identificar se existem associações entre o desempenho da exportação de produtos orgânicos e o desempenho dos demais tipos de *commodities* que compõem as exportações totais, e em qual intensidade essas associações aparecem, foram calculados índices de correlação e confiabilidade. A análise de correlações e confiabilidade permite identificar a intensidade da associação entre duas variáveis (STEVENSON, 1986; RICHARDSON, 2008).

Posteriormente, são realizadas discussões que buscam revelar as tensões relacionadas à exportação de produtos orgânicos, utilizando dados sobre a situação da agricultura familiar e da agricultura orgânica no país. A seguir, são apresentados os resultados do estudo.

5 Resultados

Além do crescimento das exportações, Jorge (2009) resalta a importância da diversificação com produtos de maior conteúdo tecnológico em sua composição, por serem menos suscetíveis às oscilações de preços e demanda. Contudo, as exportações do país nos anos recentes parecem estar na direção oposta. De acordo com dados do Banco Central do Brasil (2012), as exportações eram compostas predominantemente por produtos manufaturados até o ano 2006. Nesse ano, se inicia um movimento de inversão que se estabelece em 2010, quando as exportações começam a ser compostas predominantemente por produtos básicos. A composição das exportações de *commodities* (produtos básicos) cresce ao longo dos anos no total exportado pelo país.

Bresser Pereira e Marconi (2008) analisaram dados sobre o saldo da balança comercial nos anos de 1992, 2002 e 2007 para discutir sobre a doença holandesa. Esses dados foram resgatados em uma série histórica e estendidos até o ano 2011 para se realizar uma discussão atualizada, como evidencia o gráfico 1.

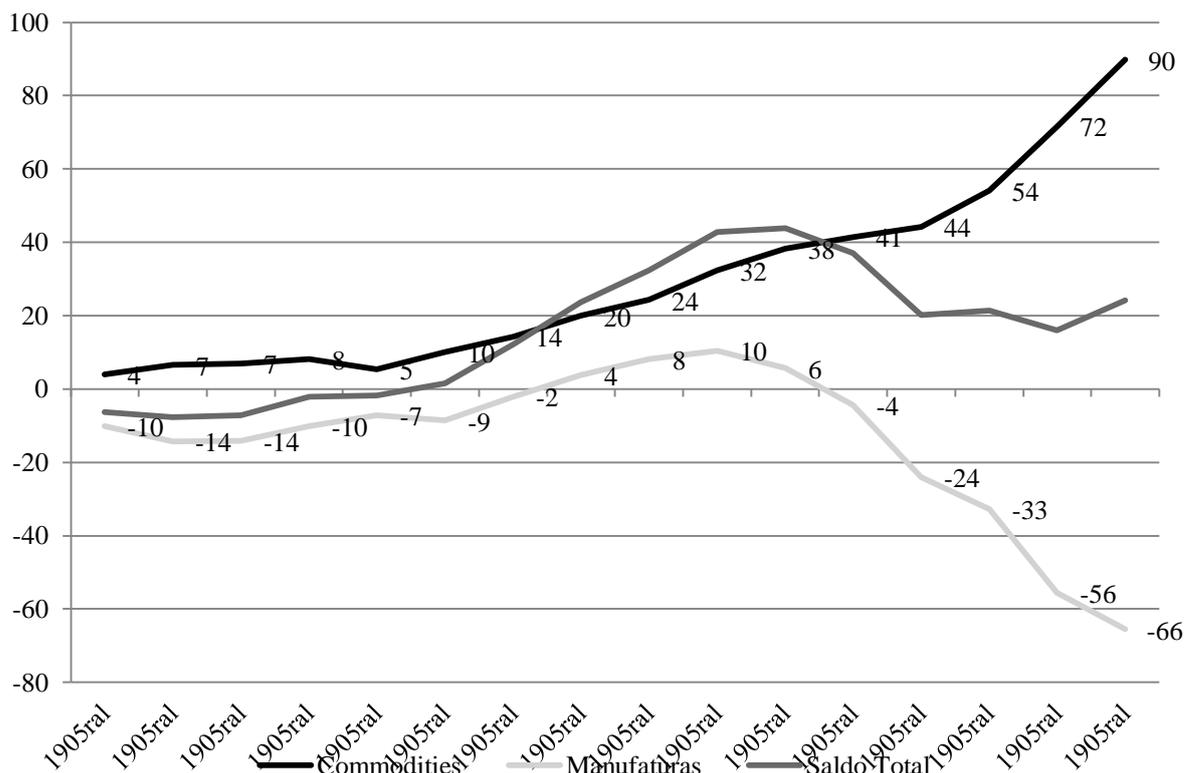


Gráfico 1: Saldo da balança comercial em commodities e manufaturados (US\$ bilhões)

Fonte: Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (2012)

A partir do gráfico 1, os saldos da balança comercial em relação aos grupos de produtos *commodities* e manufaturados se comportam de maneira bem associada, de forma que um acompanha o outro até o ano 2006. Nesse período, o saldo total da balança comercial era resultado de uma compensação entre os resultados positivos das *commodities* e negativo das manufaturas até o ano 2001. A partir de 2002, as *commodities* e as manufaturas

começaram a ter melhores resultados, com as manufaturas atingindo resultados positivos em 2003 e impulsionando o saldo total da balança comercial. Porém, essa tendência é interrompida em 2006, quando os saldos das *commodities* seguem um crescimento progressivo, enquanto os saldos das manufaturas começam a cair de maneira mais intensa.

Ao discutir a doença holandesa, Bresser Pereira e Marconi (2008) supõem que a mudança estrutural que aconteceu no ano 2002, com a elevação dos preços das *commodities* exportadas pelo país, agravou uma possível doença holandesa. Contudo, ao analisar a série histórica do saldo da balança comercial, percebe-se que apenas em 2006 a doença holandesa começa a se intensificar. A partir de 2006, o saldo da balança comercial começa a se comportar de maneira associada ao desempenho negativo da indústria nacional no comércio internacional. Contudo, dois momentos mostram uma associação maior da balança comercial aos resultados positivos das *commodities*: uma leve associação em 2009 e outra um pouco mais forte em 2011.

Para compreender melhor o saldo das *commodities* na balança comercial, o gráfico 2 detalha os resultados por tipos de produtos.

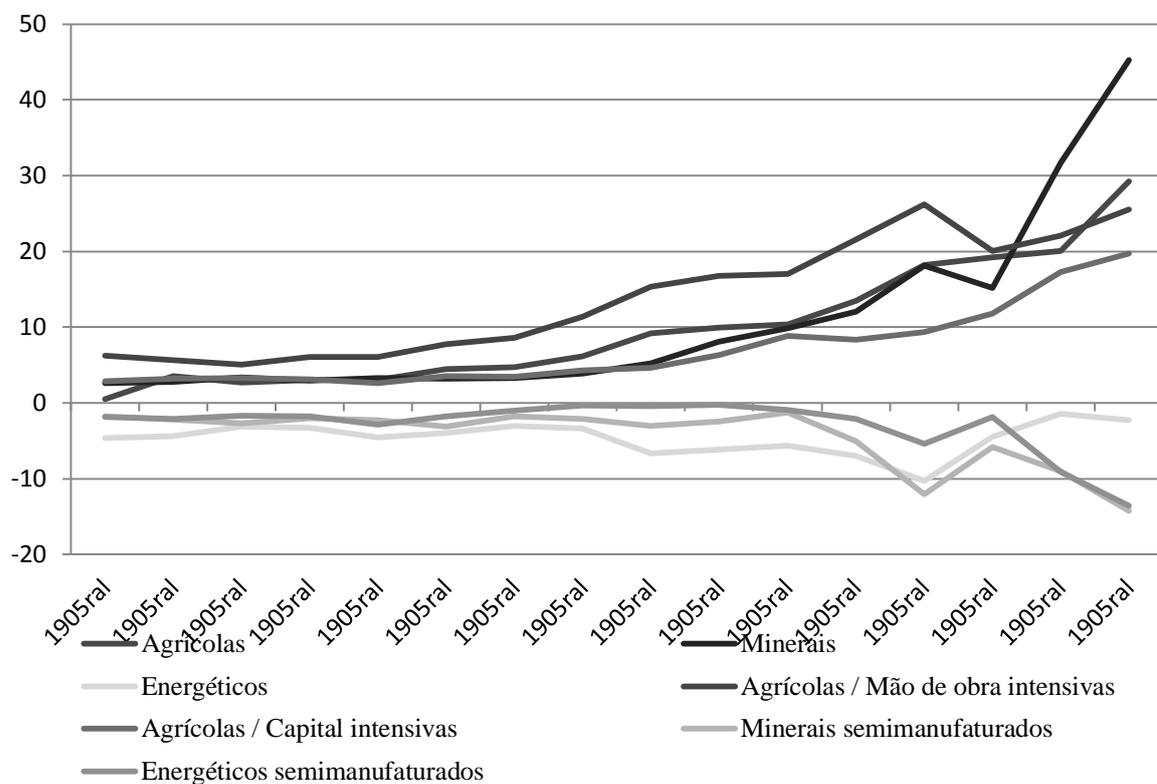


Gráfico 2: Saldo das commodities por tipo de produto (US\$ bilhões)

Fonte: Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (2012)

Os dados no gráfico 2 mostram uma diferenciação entre dois grupos de produtos *commodities*. Um grupo de produtos, composto por minerais semimanufaturados e produtos energéticos primários e semimanufaturados, tem afetado negativamente o saldo da balança comercial ao longo do tempo. O outro grupo de produtos, composto por produtos agrícolas primários e semimanufaturados e por produtos minerais primários, tem contribuído positivamente para o saldo da balança comercial ao longo do tempo.

O gráfico 2 também mostra os efeitos da crise financeira mundial de 2008, que levaram a uma diminuição das exportações de produtos agrícolas de mão de obra intensiva e produtos minerais primários, bem como a uma diminuição das importações de produtos

energéticos primários e semimanufaturados e minerais semimanufaturados. Contudo, os produtos agrícolas primários e intensivos em capital mantiveram a tendência de crescimento das exportações mesmo nesse período de crise internacional. Também é importante destacar o papel assumido pelas exportações de produtos minerais primários, que desde 2010 se tornou o principal grupo de produtos *commodities* a afetar o saldo da balança comercial positivamente.

Assim, os dados refletem o papel do país no mercado global como fornecedor de produtos com base em recursos naturais, que fornecem rendas ricardianas de acordo com Bresser Pereira e Marconi (2008). Esses autores afirmam que um país terá doença holandesa se tiver recursos naturais abundantes e baratos, como é o caso do Brasil, e que seu processo de industrialização apenas se realizará por meio de políticas econômicas capazes de neutralizar os efeitos negativos desse fenômeno. Da mesma forma, o país assume o papel de comprador de produtos manufaturados no mercado global, cujas importações afetam o saldo da balança comercial negativamente.

O desempenho nacional coloca o país em uma situação de vulnerabilidade externa, pois a produção de *commodities* é incapaz de colocar o país em uma posição competitiva no mercado internacional, uma vez que as transições mais relevantes nesse contexto acontecem acerca da produção industrial de tecnologias avançadas. Portanto, as análises revelam que a trajetória da balança comercial está levando o país a uma situação tecnologicamente periférica no mercado internacional desde 2006, se limitando cada vez mais às exportações de *commodities*. Entre os tipos de *commodities* que têm expandido a participação nas exportações estão os produtos orgânicos. Contudo, a predominância da agricultura convencional é marcante, uma vez que a produção orgânica é realizada em aproximadamente 1,7% do total de estabelecimentos agrícolas e 1,5% da área de produção agrícola do país, sendo que grande parte da produção orgânica não é certificada e está ligada à agricultura familiar, o que não é o caso dos produtos orgânicos de exportação (INSTITUTO DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO, 2010).

No Brasil, a produção orgânica para exportação começa a ser estimulada recentemente por meio de forças institucionais do terceiro setor e governamentais, sob o projeto Organics Brasil, que é gerenciado pelo Instituto de Promoção do Desenvolvimento (IPD) em uma iniciativa conjunta com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), contando com o apoio da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP). Tal iniciativa é constituída pela participação de 72 empresas com processos certificados por auditoria, facilitando a participação delas em feiras internacionais. O gráfico 3 mostra o desempenho das exportações estimuladas pela Organics Brasil desde 2005. O produto que mais se destaca nessa dinâmica é o açúcar orgânico, que remete esse fenômeno às vantagens ricardianas de maneira semelhante à dinâmica de exportação dos produtos agrícolas convencionais.

Corroborando os estudos anteriores (TERRAZZAN e VALARINI, 2009; MADAIL, BELARMINO e BINI, 2011), os dados no gráfico 3 mostram que o valor de produtos orgânicos exportado segue uma tendência de expansão. Esse resultado está alinhado com a expansão geral na exportação de *commodities* no mesmo período. O quadro 1 mostra os índices de correlação obtidos.

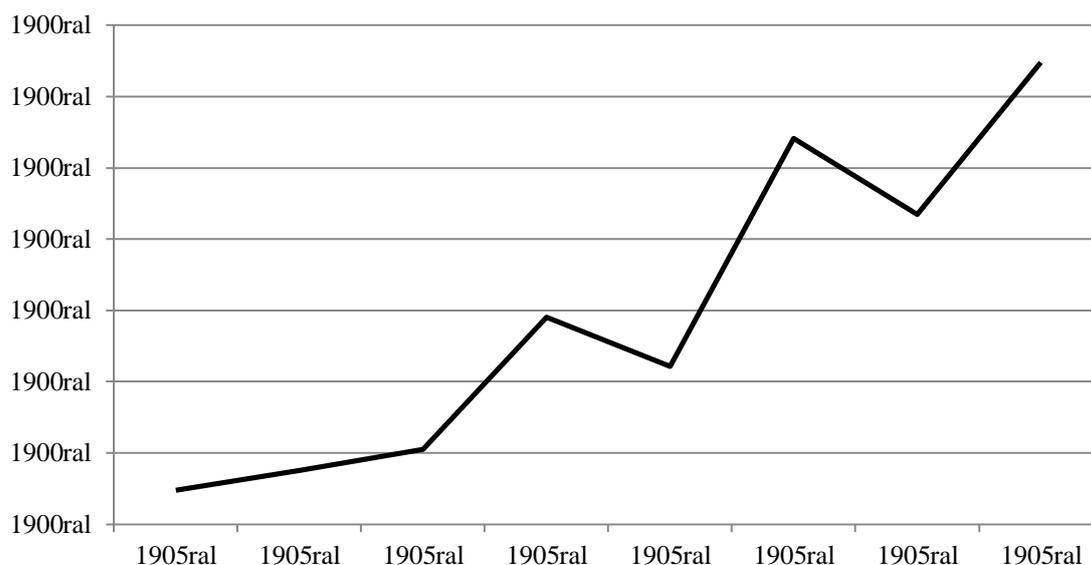


Gráfico 3: Exportações de produtos orgânicos pela Organics Brasil (US\$ milhões)
Fonte: Organics Brasil (2013)

Quadro 1: Índices de correlação entre exportações de commodities e produtos orgânicos

Commodities		Orgânicos
Agrícolas primários	Pearson Correlation Sig. (2-tailed)	,839* ,018
Minerais primários	Pearson Correlation Sig. (2-tailed)	,876** ,010
Energéticos primários	Pearson Correlation Sig. (2-tailed)	,894** ,007
Agrícolas / Mão de obra intensivas	Pearson Correlation Sig. (2-tailed)	,761* ,047
Agrícolas / Capital intensivas	Pearson Correlation Sig. (2-tailed)	,912** ,004
Minerais semimanufaturados	Pearson Correlation Sig. (2-tailed)	,578 ,175
Energéticos semimanufaturados	Pearson Correlation Sig. (2-tailed)	,177 ,704

** correlação é significativa ao nível de 0.01

* correlação é significativa ao nível de 0.05

Fonte: Elaborado pelo autor

Os resultados confirmam que existe uma associação forte entre o desempenho da exportação dos produtos orgânicos e o desempenho de exportação da maioria dos tipos de commodities considerados, exceto com relação aos produtos minerais e energéticos semimanufaturados. Assim, percebe-se que existe associação entre a exportação dos produtos orgânicos e a exportação de produtos agrícolas de maneira geral, com destaque para a associação mais forte e significativa com o desempenho dos produtos agrícolas semimanufaturados intensivos em capital (ex. celulose; açúcar; fumo manufaturado; peixes em conserva, etc.). Portanto, faz sentido afirmar que os produtos orgânicos para exportação (ex. açúcar, óleo de palma, erva mate, mel, castanhas, açaí, água de coco, etc.) podem ser entendidos como resultado de modo de produção intensivo em capital, que é praticado por um estrato de agricultores mais capitalizados, que por sua vez são capazes de custear a implantação e operação de unidades industriais (ex. usinas açucareiras), além de custear o processo de certificação. É importante destacar que a expansão da exportação dos produtos

orgânicos está articulada com a expansão mais geral do agronegócio nacional. O gráfico 4 mostra a proporção de produtos orgânicos nas exportações de produtos agrícolas intensivos em capital.

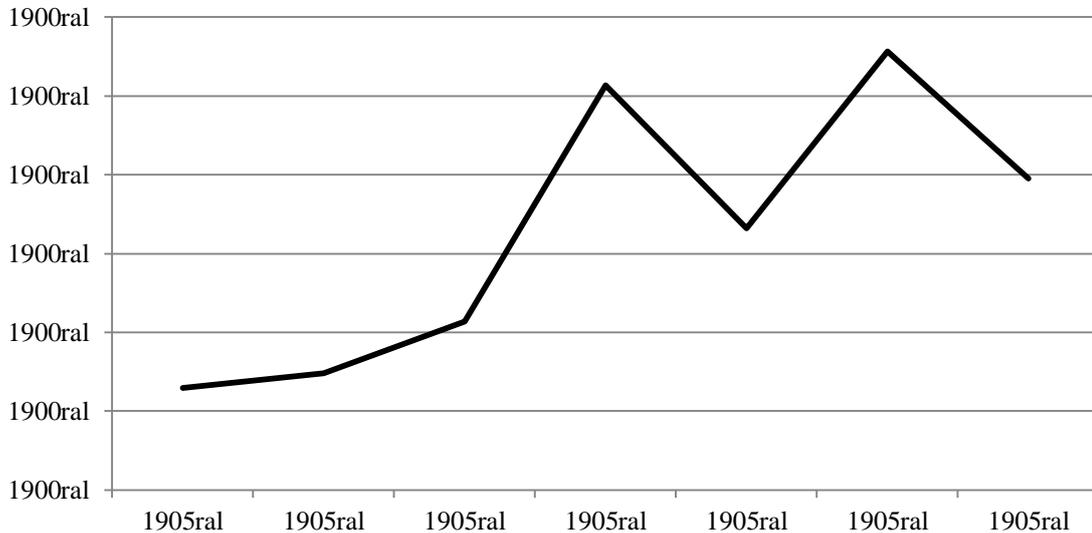


Gráfico 4: Proporção de produtos orgânicos nas exportações de produtos agrícolas intensivos em capital
Fonte: Elaborado pelo autor

O gráfico 4 mostra que os produtos orgânicos representaram menos de 1% das exportações de produtos agrícolas intensivos em capital no período de 2005 a 2011. Esse dado reflete o período inicial da dinâmica de exportação de produtos orgânicos, existindo possibilidade de aumentar a participação desse tipo de produto. No período representado no gráfico 4, é possível perceber que existe uma tendência de crescimento da participação dos produtos orgânicos nas exportações dos produtos agrícolas intensivos em capital, que quadruplicou de 2005 a 2010. A seguir, são discutidas as tensões socioeconômicas na comercialização de produtos orgânicos para ampliar o foco desta discussão.

6 Tensões socioeconômicas na comercialização de produtos orgânicos

Dependendo das instituições de um contexto, os sistemas econômicos podem ser caracterizados pela predominância de diferentes princípios de troca. O princípio de reciprocidade garante a ordem na produção econômica por meio de atos de dar-e-receber, estando o sistema econômico imerso nas relações sociais, enquanto o princípio de permuta garante a ordem na produção econômica por meio de atos de barganha, sendo as relações sociais um aspecto acessório da economia mercantil. (POLANYI, 2000). As empresas, o agronegócio e o mercado capitalista praticam uma lógica de troca mercantilista na circulação dos produtos com o domínio do interesse privado, enquanto as comunidades rurais formadas em torno da agricultura familiar praticam uma lógica de reciprocidade na circulação da sua produção com o domínio de valores afetivos e éticos. Contudo, existem contradições e tensões entre essas duas lógicas que levam organizações cooperativas e associações de produtores da agricultura familiar a se basear na lógica de troca mercantil em situações de dependência (SABOURIN, 2011). No contexto de sistemas globalizados, os produtores agrícolas se tornam dependentes dos produtores de sementes, fertilizantes, agrotóxicos e maquinaria (GLIESSMAN, 2000). As estimativas mais recentes mostram que a agricultura familiar é responsável por 84% dos estabelecimentos agrícolas do país, mas abrangem apenas 25% das áreas agrícolas (INSTITUTO DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO, 2010).

Outro aspecto distintivo dos meios de circulação da produção agrícola é a certificação exigida na comercialização. A certificação por auditoria dos produtos orgânicos é de grande importância para limitar ações oportunistas no mercado e para o consumidor, uma vez que ele é incapaz de avaliar sozinho a qualidade do produto orgânico antes, durante ou após seu consumo (SOUZA, 2000). Entretanto, os pequenos produtores não se beneficiam do movimento de certificação ambiental por auditoria e resistem à adoção dessa prática (WILKINSON, 2008). Algumas estimativas apontam que aproximadamente 94% dos estabelecimentos e 90% da área de produção orgânica no país não é certificada (INSTITUTO DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO, 2010). Um exemplo de resistência ao reconhecimento da agricultura orgânica por meio da certificação auditada por terceiros é a atuação de Rede Ecovida de Agroecologia, utilizando a certificação participativa (ROVER, 2011). Esse tipo de reconhecimento gera credibilidade por meio de um processo descentralizado que respeita as características locais e assegura a qualidade dos produtos por meio da participação e compromisso entre agricultores, técnicos e consumidores. A certificação por terceiros é excludente e dificulta o processo de expansão da agricultura familiar, fazendo os produtores da Rede Ecovida priorizar as vendas diretas em mercados de proximidade para proporcionar a identificação direta pelos consumidores como forma de reconhecimento (BYÉ, SCHMIDT e SCHMIDT, 2002).

Quando se trata da indústria alimentar, os supermercados assumiram papéis dominantes como canais para a comercialização de alimentos sustentáveis com a expansão do mercado internacional na década de 1990 (OOSTERVEER, GUIVANT e SPAARGAREN, 2010). A transnacionalização do setor varejista, representado pelos supermercados, é um importante fator responsável pelas mudanças na dinâmica do sistema agroalimentar nas últimas décadas devido à construção de circuitos globais de varejo e à definição e implementação de padrões e processos, que por sua vez limitam as possibilidades dos pequenos produtores e criam oportunidades para os agronegócios se inserirem nesse contexto (WILKINSON, 2008). O processo de expansão das grandes cadeias supermercadistas enfraqueceu os principais canais de comercialização da produção da agricultura familiar, que são o pequeno varejo tradicional e as feiras livres. O pequeno varejo se organizou em redes de cooperação em resposta a esse processo e se tornou mais exigente quanto à qualidade e condições de abastecimento, por sua vez limitando a inserção dos pequenos produtores (DE SOUZA e DE SOUZA, 2011).

Um tema caro às práticas de comércio internacional de produtos orgânicos é o movimento denominado comércio justo. O movimento do comércio justo é baseado em circuitos longos de comercialização, visando redistribuir valor para os produtores rurais na origem da cadeia produtiva, uma vez que as relações da indústria alimentar e do varejo com o pequeno produtor é caracterizada por injustiça generalizada (WILKINSON, 2008). De acordo com a experiência política brasileira de comércio justo, os pequenos produtores agrícolas não conseguem competir no mercado mundial mesmo que seja por meio do comércio justo, pois eles não podem garantir os volumes requeridos pelos operadores comerciais globalizados (SABOURIN, 2011).

O desenvolvimento baseado na globalização gerou consequências como dívidas no plano econômico, pobreza no plano social, erosão da diversidade no plano cultural e destruição do meio ambiente no plano ecológico, que se contrapõem às consequências do desenvolvimento baseado nas tradições locais (ZAOUAL, 2006). A produção e distribuição global de alimentos fortalecem as condições da desigualdade e ameaçam os agroecossistemas tradicionais sustentáveis (GLIESSMAN, 2000). Um exemplo de valorização das tradições locais é a Rede Ecovida de Agroecologia, que é uma organização constituída por agricultores familiares que utilizam a comercialização solidária para a circulação de seus produtos e assumem a resistência aos "mecanismos de comercialização que afastam quem produz de

quem consome e que geram um distanciamento e alienação a respeito das dinâmicas produtivas" (ROVER, 2011, p. 62).

Na busca de autorregulação dos agroecossistemas para a sustentabilidade, a agroecologia também enfatiza as questões socioeconômicas além das questões ecológicas (ASSIS, 2006). O movimento agroecológico se identifica com práticas camponesas em resposta à entrada de orgânicos nos circuitos convencionais (WILKINSON, 2008). A agroecologia é uma ciência que dá suporte teórico para as diversas correntes de agricultura alternativa, podendo ser conceituada como:

uma ciência que busca o entendimento do funcionamento de agroecossistemas complexos, bem como das diferentes interações presentes nestes, tendo como princípio a conservação e a ampliação da biodiversidade dos sistemas agrícolas como base para produzir auto-regulação [sic] e conseqüentemente [sic] sustentabilidade (ASSIS e ROMEIRO, 2002, p.72).

Considerando o espaço em que ocorre, uma escala de produção relativamente pequena favorece a aplicação dos princípios agroecológicos, que por sua vez encoraja a produção para consumo local em vez de destinar à exportação (GLIESSMAN, 2000). Os sistemas de produção agrícola com base na organização familiar são uma realidade mais adequada para a agroecologia do que os de base patronal, pois estes teriam dificuldade no que se refere à diversificação do agroecossistema (ASSIS, 2006). Nesse sentido, os dados mais recentes mostram que 83% dos estabelecimentos de produção orgânica no país são sistemas de agricultura familiar (IBGE 2006; INSTITUTO DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO, 2010).

A agroecologia e a agricultura orgânica não são sinônimos, pois a primeira é uma ciência enquanto a segunda é uma prática agrícola que pode respeitar os limites teóricos da agroecologia em maior ou menor grau dependendo de como ela ocorre (ASSIS e ROMEIRO, 2002). A agroecologia surgiu como uma forma alternativa de desenvolvimento ao paradigma técnico-produtivo difundido pela agricultura moderna e contempla ideais ambientais, diversidade social e uso de sistemas agrícolas mais próximos dos modos de produção camponês e indígena, com canais de comercialização alternativos à globalização (ALMEIDA, 2002). Segundo Van der Ploeg (2006, p.35), "a agricultura camponesa é altamente localizada, enquanto a agricultura empresarial se estabelece através de uma conversão, sem lugar definido, de certos fluxos globais em outros fluxos globais".

A realidade do comércio internacional leva as políticas econômicas a priorizar metas de curto prazo, em vez do planejamento de longo prazo requerido pelo manejo agroecológico dentro de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável (GLIESSMAN, 2000). As políticas públicas de desenvolvimento reforçam o modelo de desenvolvimento econômico baseado na lógica da troca capitalista na circulação de produtos (SABOURIN, 2011). Os incentivos e o acesso ao crédito provenientes das estratégias de desenvolvimento rural utilizadas no Brasil favoreceram a implementação da agricultura moderna e desprezaram a agricultura familiar (ASSIS, 2006). O governo federal estabeleceu o financiamento específico para agricultura orgânica em 1999, mas tal financiamento é destinado à produção orgânica certificada, estando dessa forma direcionado majoritariamente ao agronegócio orgânico. Mais recentemente, o governo federal instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, que e tem o objetivo de:

integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis (BRASIL, 2012, p.4).

Assim, esse debate apresenta uma mesma cena com dois personagens que dividem o mesmo espaço. A cena é a dinâmica de comercialização e consumo de alimentos. De um lado, se encontram os agronegócios, as certificadoras, as redes varejistas inseridas no comércio internacional que se beneficiam dos processos mercantis hegemônicos que são impulsionados pela globalização e levam a uma homogeneização cultural nas populações diversas. De outro lado, se encontram as organizações de agricultura familiar que difundem os processos da agroecologia, resistem às dinâmicas comerciais hegemônicas e praticam a modos de economia solidária, buscando contemplar e respeitar a pluralidade existente nas culturas locais. À hegemonia e ao crescimento do primeiro grupo se contrapõe a persistência e também o crescimento do segundo, além da articulação deste com outras abordagens que ganham espaço como a criação de DOCs (denominações de origem controlada), a geração de novos canais territorializados e circuitos curtos de comercialização, entre outras.

7 Considerações Finais

O presente estudo buscou apontar tensões relacionadas aos principais atores que são influenciados pela exportação de produtos orgânicos brasileiros dentro do panorama do comércio internacional do país. Com base nas discussões realizadas neste estudo, é possível concluir que a exportação de produtos orgânicos é uma dinâmica de comercialização que restringe a participação da agricultura familiar, enquanto favorece os poucos empresários inseridos na cadeia produtiva e de distribuição desses produtos.

Quando se trata da inserção no mercado internacional, como estratégia de desenvolvimento, o desempenho nacional coloca o país em uma situação de vulnerabilidade externa, pois a produção de *commodities* é incapaz de colocar o país em uma posição competitiva no mercado internacional, uma vez que as transições mais relevantes nesse contexto acontecem acerca da produção industrial de tecnologias avançadas. Portanto, as análises revelam que a trajetória da balança comercial está levando o país a uma situação tecnologicamente periférica no mercado internacional desde 2006, se limitando cada vez mais às exportações de *commodities*. Entre os tipos de *commodities* que têm expandido a participação nas exportações estão os produtos agrícolas intensivos em capital, incluindo os produtos orgânicos.

A tendência de expansão nas exportações de produtos orgânicos demanda a atuação do poder público por meio da criação de mecanismo de redistribuição (POLANYI, 2000), no sentido de evitar com que essa dinâmica de comercialização cause danos à agricultura familiar. Outra implicação prática para o poder público é que se tente consolidar esse momento como uma etapa de transição da produção orgânica por substituição de insumo para uma prática orgânica que integre mais princípios agroecológicos. A implementação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica merece ser acompanhada e avaliada, em busca de evitar com que os seus dispositivos aprofundem as tensões socioeconômicas nessa dinâmica. Para investigações futuras, sugere-se a realização de estudos de casos com as empresas que participam do projeto Organics Brasil, na tentativa de revelar em profundidade e detalhes, como os gestores de tais empresas se relacionam com seus *stakeholders* e lidam com as tensões no campo da produção orgânica.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, J. Agroecologia: paradigma para tempos futuros ou resistência para o tempo presente?. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 6, p. 29-40, 2002.
- ASSIS, R. L. de. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: Perspectivas a partir da

- integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Economia Aplicada**, v. 10, n. 1, p. 75-89, 2006.
- ASSIS, R. L. de.; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 6, p. 67-80, 2002.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Sistema Gerenciador de Séries Temporais**. v2.1. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/series/port/aviso.asp>>. Acesso em: 3 de dezembro de 2012.
- BARROS, J. R. M.; L. GOLDENSTEIN. Avaliação do Processo de Reestruturação Industrial Brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 17, n. 2, 1997.
- BONELLI, R.; PESSÔA, S. A. Desindustrialização no Brasil: um resumo da evidência. **Texto para discussão**, n. 7, FGV-IBRE, 2010.
- BRASIL. **Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012**. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Diário Oficial da União, nº 162, 21 de agosto de 2012.
- BRESSER PEREIRA, L. C.; MARCONI, N. Existe doença holandesa no Brasil? In: **Anais do IV Fórum de Economia de São Paulo**. São Paulo, 2008.
- BYÉ, P.; SCHMIDT, V. D. B.; SCHMIDT, W. Transferência de dispositivos de reconhecimento da agricultura orgânica e apropriação local: uma análise sobre a Rede Ecovida. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 6, p. 81-93, 2002.
- CARDOSO DE MELLO, J. M. **O capitalismo tardio**. 10 ed. SP: Brasiliense, 1998.
- CARNEIRO, R. Desenvolvimento Impasses do desenvolvimento brasileiro: a questão produtiva. **Texto para Discussão**, IE/UNICAMP, n. 153, nov. 2008.
- CARSON, R. **Silent Spring**: Fortieth anniversary edition. New York: Houghton Mifflin Company, 2002.
- COMIN, A. **A desindustrialização truncada, perspectivas do desenvolvimento econômico brasileiro**. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- COUTINHO, L. O desempenho da indústria sob o Real. In: MERCADANTE, Aloizio (org.). **O Brasil pós-Real: a política econômica em debate**. Campinas: IE - Unicamp, 1998.
- DE SOUZA, M. S.; DE SOUZA, R. S. Implicações das redes de cooperação de pequeno comércio varejista sobre a construção dos mercados locais de hortigranjeiros. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Orgs.). **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: UFRGS, 2011.
- DRUMMOND, J. A. A primazia dos cientistas naturais na construção da agenda ambiental contemporânea. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 62, p. 5-25, 2006.
- FIORI, J. L. Introdução: De volta a questão da riqueza de algumas nações. In: FIORI, J. L. (org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. 2 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.
- FUNDAÇÃO CENTRO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO EXTERIOR. **FuncexData**. Disponível em: <<http://www.funcexdata.com.br/>>. Acesso em: 3 de dezembro de 2012.
- GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: Processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Senso Agropecuário**, 2006.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Ipeadata**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 3 de dezembro de 2012.
- INSTITUTO DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO. **Perfil do mercado orgânico brasileiro como processo de inclusão social**. Curitiba: Inteligência - IPD Orgânicos, 2010.
- JANK, et al. Exportações: existe uma “doença holandesa”. In: GIAMBIGI, F.; BARROS, O. (org.). **Brasil Globalizado: o Brasil em um mundo surpreendente**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- JORGE, M. Desenvolvimento Produtivo para evitar a volta da vulnerabilidade externa. In: VELLOSO, J. P. R.; ALBUQUERQUE, R. C. (org.). **Na crise Global, como ser o melhor**

- dos **BRICs**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- LAPLANE, M.; SARTI, F. Prometeu acorrentado: o Brasil na indústria mundial no início do século XXI. In: CARNEIRO, R. **A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula**. São Paulo: Fapesp-Unesp, 2006.
- MADAIL, J. C. M.; BELARMINO, L. C.; BINI, D. A. Evolução da produção e mercado de produtos orgânicos no Brasil e no mundo. **Revista Científica da Ajes**, 3 ed., p. 1-9, 2011.
- NASSIF, A. Há evidências de desindustrialização no Brasil? **Brasilian journal of Political Economy**, v. 28, n. 1, p. 72-96, 2008.
- OOSTERVEER, P.; GUIVANT, J. S.; SPAARGAREN, G. Alimentos verdes em supermercados globalizados: uma agenda teórico-metodológica. In: GUIVANT, J. S.; SPAARGAREN, G.; RIAL, C. (Orgs.). **Novas práticas alimentares no mercado global**. Florianópolis: UFSC, 2010.
- OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 2, p. 219-232, abril-junho, 2010.
- ORGANICS BRASIL. **Organics Brazil fecha 2012 com US\$ 129,5 milhões em exportação**. Disponível em: < <http://www.organicsbrasil.org/clipping-detalhes/762/organics-Brasil-fecha-2012-com-us-129,5-milhoes-em-exportacao> >. Acesso em: 20 de fevereiro de 2013.
- PALMA, J. G. Quatro fontes de “desindustrialização” e um novo conceito de “doença holandesa”. In: Conferência de Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento, 2005, São Paulo. **Anais eletrônicos**. São Paulo: FIESP/IEDI, 2005.
- POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens de nossa época. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- RIBEIRO, F. J.; MARKWALD, R. Balança Comercial e déficits em transações correntes: de volta à vulnerabilidade externa?. In: VELLOSO, J. P. R.; ALBUQUERQUE, R. C. (org.). **Na crise Global, como ser o melhor dos BRICs**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- ROVER, O. J. Agroecologia, mercado e inovação social: o caso da Rede Ecovida de Agroecologia. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 47, n. 1, p. 56-63, janeiro/abril, 2011.
- SABOURIN, E. **Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2011.
- SOUZA, M. C. M. de. Produtos orgânicos. In: ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. (Orgs.). **Economia e gestão de negócios agroalimentares: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição**. São Paulo: Pioneira, 2000.
- SOUZA, N. J. **Desenvolvimento Econômico**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- STEVENSON, W. J. **Estatística Aplicada à Administração**. São Paulo: Harbra, 1986.
- SUZIGAN, W. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. SP: Brasiliense, 1986.
- TAVARES, M. C. O caso do Brasil. In: SICSÚ, J.; PORTARI, D. **Desenvolvimento e igualdade: homenagem aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares**. p. 69-124. Rio de Janeiro: IPEA, 2010.
- TERRAZZAN, P.; VALARINI, P. J. Situação do mercado de produtos orgânicos e as formas de comercialização no Brasil. **Informações Econômicas**, v. 39, n. 11, 2009.
- VAN DER PLOEG, J. D. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2006.
- WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2008.
- ZAOUAL, H. **Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.